

# **Após 7 anos, hidrelétrica soterrada após tragédia de Mariana volta a funcionar.**



Sete anos depois de paralisada, a hidrelétrica Risoleta Neves, no limite entre os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado (MG), que tem a mineradora Vale como maior acionista, vai voltar a funcionar - após ter a sua estrutura soterrada pela lama da barragem do Fundão, em Mariana (MG), da mineradora Samarco, que tem a própria Vale como sócia.

A usina pertence ao consórcio Candonga, do qual a Vale é dona de 77,5% e a Cemig, de 22,5%. Em novembro de 2015, a hidrelétrica ficou inviabilizada, ao ter o reservatório invadido pela lama da Samarco, na tragédia ambiental que matou 19 pessoas. A usina ficava no caminho da barragem do Fundão, que lançou milhares de toneladas de rejeito de minério de ferro sobre a floresta e no Rio Doce.

A reportagem tentou ouvir o consórcio Candonga, mas não obteve resposta até a conclusão desta edição. A empresa não esclareceu a data de início de operação da usina, tampouco o destino dos mais de R\$ 500 milhões que recebeu desde 2015, mesmo com a usina paralisada sob a justificativa de que não teve culpa pelo acidente e que, por isso, tinha de continuar a ser paga - apesar de não gerar mais energia.

Esses pagamentos foram parar na Justiça. A paralisação total da hidrelétrica levou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a pedir a suspensão dos pagamentos para a usina Risoleta Neves, já que esta não poderia gerar mais energia. A Vale, no entanto, não só recorreu do processo administrativo da agência como entrou na Justiça e conseguiu uma decisão para manter o pagamento ao consórcio Candonga, para que continuasse a receber normalmente - por meio de repasses feitos por um mecanismo contábil do setor elétrico, que é compartilhado por todas as hidrelétricas do País.

Na prática, todas as usinas pagaram as mensalidades para a usina Risoleta Neves - um custo que, depois, foi gradativamente repassado aos consumidores de energia do Brasil, por meio da conta de luz. Os dados da Aneel apontam que a situação já tinha gerado, até 2021, prejuízo direto ao consumidor superior a R\$ 100 milhões.

Na decisão mais recente no caso, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) impôs uma derrota à mineradora Vale e decidiu que a companhia terá de devolver o dinheiro recebido mensalmente desde 2015. Procurada, a Vale não quis comentar o assunto.